

Oposição cobra transparência de Lula; Ideli critica privatizações da era FHC

Grande parte das sete horas de debate em Plenário é usada por opositores para acusar o PT de gerar boatos e para pedir explicações sobre origem do dinheiro que seria usado na compra de dossiê e sobre gastos com cartões corporativos. Já Ideli Salvatti e Eduardo Suplicy condenam privatizações e postura de Alckmin em debate. **Páginas 4 a 6**

Três projetos que visam aperfeiçoar as normas de combate ao crime foram entregues ontem aos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo, pela Associação dos Juizes Federais. Renan disse que o Legislativo recebia muito bem as propostas dos juizes. **Página 3**



José Cruz

Ao lado de Renan (C) e de Aldo Rebelo, Walter Nunes (E) apresenta sugestões de juizes federais

Comissão de Educação quer mais segurança nas compras pela internet

Aprovado projeto de Rodolpho Tourinho que torna direitos básicos do consumidor a proteção nas transações e o sigilo de informações. **Página 8**

Falta de acordo partidário impede votação da LDO

Líderes partidários do Senado e da Câmara não definem data para votar no Plenário do Congresso a Lei de Diretrizes Orçamentárias. **Página 7**



J. Freitas

Na Comissão de Orçamento, ministro Paulo Bernardo (E) defende prorrogação da CPMF

Consenso para votar medidas provisórias

O Plenário aprovou MP que libera R\$ 1 bi para o programa de Abastecimento Agroalimentar. Presidente do Senado anunciou consenso para votar mais 14 MPs na terça. **Página 3**



Moreira/Meiz

Em dia de muitos debates, Plenário alcança entendimento para limpar a pauta de votações

Para a deputada Vanessa Grazziotin, Fernando Gabeira fez seleção tendenciosa de documentos do inquérito que apura a compra de informações sobre políticos tucanos



Conflito entre integrantes da comissão começou pela manhã, com o cancelamento de reunião da CPI, por falta de quórum

Investigação sobre dossiê gera polêmica na CPI dos Sanguessugas

O conflito estabelecido ontem pela manhã com o adiamento da reunião da CPI dos Sanguessugas, por falta de quórum, agravou-se à tarde com a afirmação da deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) de que Fernando Gabeira (PV-RJ), encarregado de entregar à CPI material relativo às investigações sobre o dossiê contra políticos do PSDB, fez seleção tendenciosa do material. Ela entregou aos jornalistas cópia de um ofício assinado em 22 de setembro pelo delegado Diógenes Gomes Curado Filho, responsável pelo inquérito sobre o dossiê, no qual ele afirma estar enviando “as cópias dos autos escolhidas por vossa excelência” e um DVD em que há imagens do então ministro da Saúde José Serra entregando ambulâncias a prefeitos.

Gabeira alegou ter selecionado

o que lhe pareceu relevante e que o DVD – apreendido em poder de Paulo Trevisan, primo de Luiz Antônio Vedoin – veio na íntegra. Vanessa Grazziotin estranhou que o deputado do PV não tenha requerido a cópia dos autos de apreensão. Já Carlos Sampaio (PSDB-SP) e Júlio Delgado (PSB-MG) afirmam que Gabeira não podia trazer mais do que havia disponível – àquela altura, tinham sido tomados apenas os primeiros depoimentos dos envolvidos no escândalo.

– O dossiê de 2 mil páginas nem existe, segundo o próprio delegado Diógenes – declarou Sampaio, que esteve em Cuiabá na segunda-feira, juntamente com Vanessa Grazziotin e os deputados Paulo Rubem Santiago (PT-PE) e Júlio Delgado.

Sampaio e Gabeira acham que

as investigações devem avançar na elucidação do escândalo do dossiê, inclusive sobre a origem do dinheiro que seria usado para pagar pelas informações. Eles cobraram do presidente da CPI, Antônio Carlos Biscaia (PT-RJ), compromisso que teria sido assumido de retomar a reunião na parte da tarde.

– Não quero bater boca com essa turma – disse Biscaia. Para ele, os integrantes da “turma” usaram a CPI para elevar a popularidade entre os eleitores e agora estariam tentando interferir na eleição presidencial.

O presidente da CPI lamentou ter recebido nova ameaça de morte de um homem que ligou para seu gabinete. Para refutar as acusações de atraso nas investigações, Biscaia anunciou reunião da CPI para a próxima terça-feira.

Aprovada liberação de verba para obra na BR-282, em Santa Catarina

Depois de cinco anos embargadas, serão retomadas as obras da BR-282, entre São José do Cerreto e Campos Novos, em Santa Catarina. A Comissão Mista de Orçamento (CMO) concordou com recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) para liberar verbas para a rodovia, depois que o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) e a construtora chegaram a um acordo sobre as irregularidades descobertas.

O trecho, de 70 quilômetros, é de grande importância para Santa Catarina, pois permitirá que os catarinenses exportem pelo oceano Pacífico, passando por estradas da Argentina e do Chile. A obra poderá receber ainda do Orçamento deste ano R\$ 48 milhões. Defenderam a

votação da matéria na Comissão de Orçamento a senadora Ideli Salvatti (PT) e o senador Leonel Pavan (PSDB), além dos deputados Carlito Meres (PT), Odacir Zonta (PP) e Ivan Cesar Ranzolin (PFL), todos de Santa Catarina.

Ideli Salvatti observou que a BR-282 faz parte do corredor Mercosul, que vai de Florianópolis à fronteira com a Argentina, e que as obras foram embargadas pelo TCU depois de descoberto superfaturamento na construção. Já Leonel Pavan observou que o trecho, quando foi embargado, estava sob responsabilidade do governo estadual.

► Mais matérias sobre Orçamento na página 7

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão do Plenário começa às 14h

O Senado realiza hoje, a partir das 14h, sessão não-deliberativa. Sem a votação de matérias, os trabalhos em Plenário são destinados a avisos da Mesa diretora e a pronunciamentos de parlamentares. Na sexta-feira, a sessão não-deliberativa começa às 9h. Os senadores retomam a agenda de votações na terça-feira, às 14h.

Renato Russo

A Rádio Senado apresenta hoje, às 20h, homenagem a Renato Russo, um dos maiores ícones do *pop rock* nacional. O programa reproduz uma entrevista da banda Legião Urbana concedida à Rádio Melodia de Petrópolis. Dez anos após a morte do cantor, a Rádio Senado reúne trechos com a participação de Renato Russo.

A Voz do Cidadão

O serviço A Voz do Cidadão, de responsabilidade da Subsecretaria de Relações Públicas do Senado, recebe ligações gratuitas de todo o território nacional, pelo telefone 0800 612211, com perguntas e comentários da população. A Câmara dos Deputados também oferece o mesmo atendimento, pelo número 0800 619619.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papatéo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Papatéo Paes, Romeu Tuma, João Batista Motta e Aelton Freitas

Aprovada MP que destina R\$ 1 bi ao Programa de Abastecimento Agroalimentar

O Plenário aprovou ontem a Medida Provisória 298/06, que abre crédito extraordinário em favor de operações oficiais de crédito no valor de R\$ 1 bilhão para o Programa de Abastecimento Agroalimentar do governo. Os recursos objetivam permitir a efetividade da Política Geral de Preços Mínimos

(PGPM), regulando os preços e garantindo renda justa aos produtores, estimulando a produção futura, segundo a justificativa da proposta.

A matéria, ainda conforme sua justificativa, evitará prejuízos causados pela imprevisibilidade dos preços, que põe em risco a venda e o escoamento de safras

pelas regiões com excedente de produção. A proposição foi relatada favoravelmente pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR).

14 MPs

Na condução da sessão plenária de ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que os líderes partidários já chegaram a consenso para

viabilizar as votações das outras 14 medidas provisórias que figuram na pauta de deliberações do Senado e do Projeto de Lei 68/06 na próxima terça-feira. A reunião entre as lideranças ocorreu momentos antes da ordem do dia, que aprovou a Medida Provisória 298/06.

– O Senado não parou seus

trabalhos deliberativos durante o processo eleitoral – ressaltou, na saída da reunião de lideranças, lembrando que a Casa votou projetos na semana passada e frisando o acordo alcançado para viabilizar um esforço concentrado que visa limpar a pauta de deliberações das medidas provisórias.

Tuma: jornalista americano falta com a honestidade

Em discurso no Plenário, Romeu Tuma (PFL-SP) acusou Joe Sharkey, repórter do jornal americano *The New York Times* passageiro do avião Legacy 600 que colidiu com o Boeing 737-800 da Gol, de faltar com honestidade intelectual ao publicar reportagem em seu país tachando de ineficiente o sistema de controle e proteção ao vôo no Brasil.



Romeu Tuma questiona correção dos procedimentos dos pilotos do Legacy

Para tratar do assunto com honestidade, observou Tuma, o jornalista deveria primeiro ter pesquisado dados estatísticos sobre a segurança do transporte aéreo regular brasileiro, para constatar que os níveis de segurança do país no setor são equivalentes aos dos Estados Unidos.

– Enquanto o índice de acidentes do transporte aéreo regular dos Estados Unidos é de 0,5 por milhão de decolagem, o índice do Brasil é de 0,6. Na América do Sul e Caribe, este número alcança a cifra de 1,7 acidente por milhão de decolagens – disse.

O parlamentar questionou ainda a correção dos procedimentos adotados pelos pilotos do Legacy durante o vôo, devido ao fato de não terem atendido chamadas feitas pelos controladores de vôo brasileiros. O não-recebimento pelos radares brasileiros de informações do equipamento *transponder* do Legacy, lembrou, seria outro fato que apontaria para a possibilidade de falha humana atribuível aos pilotos americanos.

O senador elogiou o profissionalismo dos militares da Força Aérea Brasileira (FAB) demonstrado durante as operações de resgate na floresta amazônica. Citando relato do jornalista da CBN Lincoln Macário, Tuma destacou a presteza com que a FAB desencadeou as operações de resgate no local do acidente.

Em aparte, Magno Malta (PL-ES) parabenizou Tuma pelo discurso.

Homenagem

Romeu Tuma também registrou a homenagem prestada pelo governo paulista ao brigadeiro Raphael Tobias de Aguiar, fundador da Polícia Militar do estado de São Paulo em 1831, quando ocupava o cargo de presidente da província de São Paulo.

O senador destacou a missa em homenagem ao brigadeiro, realizada na Igreja de São Francisco, região central da cidade de São Paulo, à qual compareceram o governador Cláudio Lembo, entre outras autoridades estaduais, e os tataranetos do homenageado, a 2ª tenente Cecília Tobias de Aguiar Achear e o capitão Luís Tobias de Aguiar Federico.

O parlamentar elogiou a iniciativa do governador Cláudio Lembo de restaurar a centenária igreja do Largo do São Francisco.

Renan e Aldo recebem projetos que visam aperfeiçoar combate ao crime

Associação dos Juizes Federais propõe criação de sistema para proteger juizes em situação de risco, além de mudanças no Código de Processo Penal e na Lei de Execução Penal

Ao lado do presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, o presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o presidente da Associação dos Juizes Federais (Ajufe), Walter Nunes da Silva Júnior. Acompanhado de outros integrantes da associação, ele trouxe ao Legislativo três projetos que pretendem aperfeiçoar as normas de combate ao crime: um para mudar o Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/41), outro para alterar a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84) e o terceiro para criar um sistema de proteção a juizes colocados em situação de risco.

Na ocasião, Renan disse que o Legislativo recebia muito bem as iniciativas, definindo-as como colaboração para a abertura de um debate destinado ao aperfeiçoamento institucional.

– E isso precisa acontecer para que nós tenhamos a sociedade que se quer. Nosso Código Penal é da década de 40 e deve ser modificado em vários aspectos, contribuindo para isso a atualização do Código de Processo Penal. No que depender de mim, nós vamos ajudar no que pudermos – frisou o presidente do Senado.

Questionado por uma jornalista sobre o apelo do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, para que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2007 fosse votada antes das eleições, Renan observou que tem feito todos os esforços para que a pauta de votações seja desobstruída.

– Tem sido difícil compatibilizar o funcionamento das duas Casas do Congresso com as eleições. Eu estou trabalhando, conversando com os líderes, fazendo um esforço pessoal, convocando os senadores, para que nós possamos votar nesta semana, como fizemos na semana passada.



Walter Nunes (E) entrega sugestões da Ajufe a Renan Calheiros e Aldo Rebelo

Há medidas provisórias trancando a pauta do Senado. Temos a Lei Geral da Micro e da Pequena Empresa, que também precisa ser votada rapidamente, e há essas questões orçamentárias, que precisam ter convergência com relação a seu conteúdo para serem votadas.

Diante do comentário da mesma repórter de que o PFL considera mais conveniente deixar a votação da LDO para depois do segundo turno da eleição presidencial, devido à possibilidade de eleição do candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, Renan respondeu:

– Eu não enxergo muita conexão nisso. O que enxergo e tenho defendido é a necessidade de mudarmos esse modelo de votação da lei orçamentária, que está esgotado e precisa ser mudado.

Combate ao crime

Ao lado de Renan, Aldo Rebelo afirmou que os três projetos trazidos pela Associação dos Juizes Federais têm chances de ser aprovados, em razão da legitimidade dessa instituição e da profundidade com que ela trata da necessidade de atualização da lei penal.

– Creio que nós vamos trabalhar

juntos e alcançar os resultados esperados – disse Aldo.

O juiz Walter Nunes da Silva Júnior definiu os projetos como capazes de aperfeiçoar as normas que combatem o crime e que, em razão de estarem ultrapassadas, têm deixado insegura a sociedade.

– Em relação ao Código de Processo Penal, toda e qualquer reforma tem que partir da grande questão que afeta a sociedade, que é o problema da morosidade e que leva a um sentimento de impunidade. É necessário atacar três institutos básicos fundamentais nesse aspecto: a prisão preventiva, a fiança, e mudar a Lei de Execução Penal – recomendou ele.

Na opinião do juiz Walter Nunes, o sistema prisional brasileiro está falido. Ele explicou que um presídio é feito para tirar criminosos de circulação e, assim, restaurar a segurança pública. No entanto, em decorrência da má gestão e de problemas arquitetônicos em sua construção, eles têm se transformado em oficinas de organizações criminosas.

– Hoje não só ele não serve para recuperar o preso, como serve para incrementar e organizar a criminalidade – enfatizou o juiz.

Postura dos candidatos à Presidência em debate na TV Bandeirantes e política externa são comentadas por senadores governistas e da oposição



Antonio Carlos considera equivocada a política externa defendida por Lula

Fotos: Roosevelt Pinheiro

Para ACM, Lula não tem argumentos para contrapor aos de Alckmin

Ao tecer comentários sobre o debate entre os candidatos a presidente da República exibido no domingo pela TV Bandeirantes, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou que o presidente Lula fugiu das discussões, uma vez que não tinha argumentos para contrapor a Geraldo Alckmin.

– Fugia com razão. Ele não

tem como debater. No próximo debate vai agredir de saída para ver se tumultua. Mas até aí o povo já estará esclarecido de que o presidente não pode continuar [no cargo] – declarou.

Na avaliação de ACM, a derrota de Lula no debate ficou patente quando o presidente foi questionado sobre a origem do dinheiro utilizado para a compra de dossiê

contra políticos do PSDB.

Antonio Carlos considerou equivocada a política externa do governo federal defendida por Lula no debate, e criticou especialmente as concessões – segundo ele feitas em vão – pelo Brasil à China em troca de apoio para a obtenção de vaga no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

O senador disse ainda que a conquista da auto-suficiência na produção de petróleo pela Petrobras, ao contrário do que sugeriu Lula no debate, não foi mérito exclusivo da administração petista, mas se deveu sobretudo ao grande aumento dos investimentos em exploração realizados durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

Suplicy condena “estilo desrespeitoso” de tucano

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) criticou o candidato à Presidência da República pelo PSDB, Geraldo Alckmin, “que, contrariando postura adotada anteriormente durante a campanha”, teria usado, no debate promovido pela TV Bandeirantes no último domingo, um tom agressivo.

Suplicy afirmou que o presidente Lula foi humilde no debate, tratando Alckmin por “governador” e “excelência”, e manifestou tristeza pela forma como agiu o adversário. Só no fim do debate, explicou o senador, diante da atitude desrespeitosa do outro candidato, Lula abandonou o tratamento gentil.

– Veremos como o eleitor reagirá ao novo estilo desrespeitoso de Alckmin – alertou.

O petista comentou artigo, publicado ontem na *Folha de S. Paulo*, de autoria do jornalista Jânio de Freitas, para quem Alckmin teria se apresentado como “um misto de Carlos Lacerda, opositor de Juscelino Kubitschek, por sua agressividade compulsiva, e do ex-presidente Fernando Collor de Mello, por sua arrogância”.

Suplicy disse que as críticas de Alckmin sobre a política externa do governo não procedem. Segundo o senador, o Brasil



Suplicy cobra maior clareza sobre planos de Alckmin para corte de gastos e de juros

apresentou superávit de US\$ 803 milhões nas transações comerciais com a China, de janeiro a setembro de 2006, e de US\$ 921 milhões em igual período de 2005.

– Foram vendidos cem aviões da Embraer para a China, maior negócio dos últimos anos – salientou.

Ele frisou que Lula foi “ainda mais eficaz” em sua resposta sobre a Bolívia, ressaltando que

a política externa do governo Lula – elogiada em artigo do arquiteto Oscar Niemeyer publicado no domingo – dá prioridade à questão sul-americana, adotando postura moderada em relação aos países mais pobres da região. O parlamentar indagou se a política externa proposta por Alckmin não seria, a julgar pelo debate, “truculenta com os mais fracos” e “submissa aos fortes”, aceitando a Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Suplicy foi aparteado pelo colega de partido Roberto Saturnino (RJ), para quem a candidatura Lula se distingue pela política externa e pelos investimentos sociais.

O senador paulista cobrou do candidato do PSDB maior clareza sobre seus planos para corte de gastos e de juros, sua política fiscal e de ajuste da Previdência.

Líder do PSDB diz que Lula foi arrogante no debate

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), subiu ontem três vezes à tribuna para comentar a campanha eleitoral à Presidência da República. O senador disse que, “embora temeroso, o presidente Lula foi arrogante” durante o debate com Geraldo Alckmin, na TV Bandeirantes, no domingo. Virgílio avaliou as críticas feitas pelo candidato de seu partido à política externa do governo.

– O Brasil tinha intenção de obter o posto definitivo no Conselho de Segurança da ONU. Não conseguiu. Perdeu a chefia do Banco Interamericano de Desenvolvimento; perdeu na OMC [Organização Mundial do Comércio]; não obteve nenhum avanço em relação ao Mercosul – afirmou.

Boatos

O líder tucano acusou Lula de ter “espalhado o boato” de que, em um governo Alckmin, estatais como o Banco do Brasil, a Petrobras e a Caixa Econômica Federal seriam privatizadas.

– O autor da inverdade foi o próprio presidente, baixando das tamancas presidenciais para ir a algumas rádios espalhar algo que levou tranqüilidade para funcionários dessas instituições todas – afirmou Virgílio,



Virgílio lastima propagação de inverdades sobre um eventual governo Alckmin

acrescentando que, no município de Manaquiri (AM), “cabos eleitorais de Lula” estariam divulgando que, em um governo Alckmin, a cidade ficaria sem energia elétrica e sem o programa Bolsa Família, e o Pólo Industrial de Manaus seria extinto. “Vale a pena alguém tentar se eleger mentindo?”, questionou. “É algo execrável e próprio dos regimes totalitários.”

O senador também criticou declarações de Lula de que Alckmin teria se comportado no debate como “delegado de porta de cadeia”. Virgílio disse que a expressão popular é “advogado de porta de cadeia”, e que o presidente desrespeitou tanto os delegados brasileiros quanto os advogados mais humildes. O tucano condenou ainda a ausência de Lula nos debates do primeiro turno “por medo do confronto com a então candidata Heloísa Helena [PSOL]”, e ao anúncio do candidato petista de que, agora, iria se dedicar à preparação para os próximos debates antes do segundo turno.

Virgílio ainda saudou o desmentido do secretário de Meio Ambiente do Reino Unido, David Miliband, quanto à suposta intenção do governo britânico em apoiar ou promover a compra da floresta amazônica.

Pavan: Santa Catarina não se ilude mais com o atual governo federal

Na opinião de Leonel Pavan (PSDB-SC), a situação das estradas em Santa Catarina foi um dos motivos que levaram a maioria dos catarinenses a dar a vitória a Geraldo Alckmin no estado no primeiro turno da eleição presidencial.

Pavan citou pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT), na qual

foram avaliados os 84.382 quilômetros de rodovia em todo o estado, constatando que 75% da malha analisada apresenta algum tipo de deficiência. O corredor rodoviário Florianópolis-Lages foi considerado um dos dez piores do país.

– Santa Catarina foi às urnas e mostrou ao presidente Lula que não se engana com discursos e

com serviços de péssima qualidade. O estado não se ilude mais com o atual governo federal. Alckmin venceu porque a população sabe muito bem quem é o melhor candidato para o país.

O parlamentar acrescentou que Alckmin, se eleito, ampliará o programa Bolsa Família e, em vez de privatizar, vai valorizar a Caixa Econômica Federal, o

Banco do Brasil e os Correios.

– Fica aqui o meu protesto contra o atual governo, que usa a mentira para tentar ganhar votos.

Pavan também manifestou apoio à denúncia feita por entidades representativas dos servidores públicos de que o governo estaria sendo intransigente diante das tentativas de diálogo da categoria para resolver suas demandas.



Situação das estradas contribuiu para vitória de Alckmin em SC, diz Pavan

Senadores da oposição são maioria em Plenário e atacam ações do presidente Lula. Líder do PT censura privatizações do governo anterior e de Geraldo Alckmin

Agripino: cartão do governo pode ter financiado dossiê

Depois de informar que, segundo o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), funcionários da Secretaria de Administração da Presidência da República sacaram com cartões corporativos, entre janeiro e abril de 2005, quase R\$ 1 milhão, o senador José Agripino (PFL-RN) levantou a possibilidade de saques desse tipo terem sido utilizados para arrecadar o dinheiro encontrado com petistas, que supostamente serviria para a compra de um dossiê contra tucanos.

– Quem me assegura que não saiu desses saques de dinheiro da República sem obrigação de prestar contas? Quem me assegura que um governo que tem Waldomiro [Diniz] e Freud [Godoy] dentro do Planalto não seja capaz de lavar o dinheiro da viúva para usar em dossiê? – indagou.

Para José Agripino, os cartões corporativos, embora necessários, precisam ser fiscalizados. Ele registrou que alguns senadores pediram oficialmente informa-



Agripino: informações sobre gastos foram negadas pela Presidência da República

ções sobre os gastos realizados com os cartões, mas tiveram suas solicitações negadas pela Presidência da República.

Em aparte, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) destacou que o Tribunal de Contas da União detectou não apenas excesso de gastos com os cartões corporativos, como também notas frias dando suporte a alguns gastos. Já o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse ter ficado curioso para saber que valores foram sacados em 2006.

César Borges vê Brasil dividido após primeiro turno das eleições

César Borges (PFL-BA) disse lamentar que o primeiro turno das eleições tenha revelado uma divisão nítida na preferência do eleitorado brasileiro. Enquanto o candidato Geraldo Alckmin (PSDB) venceu nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e em alguns estados do Norte, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT) arrebatou a grande maioria dos votos na região Nordeste, frisou.

Para o senador, a política do governo Lula dirigida às diversas regiões do país determinou essa distinção na postura do eleitorado. Como as três principais regiões que deram a vitória a Alckmin têm grande parte de sua economia atrelada ao agronegócio, César Borges avalia que a desatenção ao setor atribuída ao atual governo tenha concorrido para esse resultado.

O parlamentar credita o sucesso de Lula nas urnas do Nordeste ao programa Bolsa Família, já



César Borges espera reação do eleitorado nordestino e pede votos para Alckmin

que, para ele, não houve políticas federais de infra-estrutura e desenvolvimento na região. Além de apelar por uma reação do eleitorado nordestino, César Borges recomendou a união do povo brasileiro, no segundo turno, em torno do projeto político de Alckmin.

Em aparte, Marcos Guerra (PSDB-ES) considerou um crime fazer campanha eleitoral com base só no Bolsa Família.



“Vamos continuar perguntando de onde veio o dinheiro sujo”, afirma Antero

Antero alerta Lula sobre origem do dinheiro do dossiê

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) fez ontem um alerta ao presidente Lula: “Nós vamos continuar perguntando de onde veio o dinheiro sujo utilizado para comprar um dossiê fajuto”. Ele acusou o presidente de possuir uma veia autoritária, revelada nas entrevistas que deu após o debate com Geraldo Alckmin na TV Bandeirantes.

O senador disse que a oposição e os brasileiros também vão continuar perguntando sobre os gastos com cartões de crédito corporativos utilizados pelo Gabinete da Presidência da República. Segundo ele, os gastos aumentaram ano a ano depois que Lula tomou posse, chegando a dobrar nos dois primeiros anos de governo. Apenas no período de janeiro a setembro de 2006, foram gastos R\$ 6,839 milhões com esses cartões.

– Geraldo Alckmin vai vender o *Aerolula* [avião Airbus comprado por Lula] e construir cinco hospitais com esse dinheiro. Avião luxuoso que o governo evita que seja fotografado e que o povo conheça por dentro – assinalou Antero Paes de Barros.

José Jorge (PFL-PE) disse, em aparte, que o Tribunal Superior Eleitoral precisa tomar providências em relação às declarações do presidente da República. O senador observou que um candidato pode falar sobre o que pretende fazer, mas não sobre o que o outro candidato vai fazer, frisando que “essa boataria é muito grave”.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) denunciou que o processo disciplinar contra o delegado da Polícia Federal Edmilson Pereira Bruno “furou a fila” de 36 outros processos e foi instaurado em tempo recorde. O delegado Bruno foi o responsável pela divulgação das fotos do dinheiro utilizado por petistas para comprar um dossiê que seria utilizado para prejudicar candidatos do PSDB.

Ideli Salvatti critica privatizações feitas por FHC e Alckmin

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou ontem, em Plenário, que a população brasileira tem o direito de questionar o candidato à Presidência Geraldo Alckmin sobre privatização de estatais. Ela afirmou que “76% do patrimônio público brasileiro” foram privatizados durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, do mesmo partido de Alckmin, o PSDB.

A líder do PT lembrou que o candidato tucano privatizou a rede de transmissão de energia elétrica em sua gestão como governador de São Paulo. Ela também refutou as críticas da oposição em relação ao avião presidencial, apelidado de *Aerolula*, dizendo que a aeronave é patrimônio público do Estado brasileiro e tem vida útil de 30 anos. A senadora acrescentou que a compra do avião traz economia para os cofres públicos, que têm de arcar com as despesas de transporte do presidente da República.

Em aparte, Heráclito Fortes (PFL-PI) fez questionamentos



Ideli lembra que Alckmin privatizou rede de transmissão de energia elétrica em SP

acerca do avião presidencial, indagando por que foi pago adiantado e por que foi submetido a revisão nos Estados Unidos 60 dias depois da compra.

Apoio

Em pronunciamento anterior, Ideli Salvatti elogiou discurso feito na segunda-feira pelo professor Cândido Mendes durante cerimônia de formalização de apoio à reeleição do presidente Lula pelo candidato do PMDB a governador do Rio de Janeiro, senador Sérgio Cabral.

Almeida Lima condena “estratégia do PT” de não discutir a ética

Almeida Lima (PMDB-SE) criticou com veemência o que chamou de “estratégia do PT”, que, avalia o senador, tentou excluir o tema ética do debate promovido pela TV Bandeirantes entre os candidatos à Presidência da República Geraldo Alckmin, do PSDB, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com o argumento de que o assunto não faz parte do plano de governo dos candidatos.

O senador culpou o governo não apenas pela corrupção, mas também por não punir os responsáveis. Segundo ele, Lula teria fugido às atribuições de primeiro mandatário da nação ao se eximir da responsabilidade de demitir os então ministros da Casa Civil, José Dirceu, e da Fazenda, Antonio Palocci, quando ficou evidenciada a participação de ambos em irregularidades.

Almeida Lima também criticou a “postura de vítima” assumida



Para Almeida Lima, apresentar Lula como vítima é estratégia para sensibilizar povo

por Lula durante e após o debate. Para o parlamentar, apresentar o presidente da República como vítima seria uma estratégia de campanha para sensibilizar a população a favor do candidato.

Em aparte, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse que Lula teria agido “com vileza” ao afirmar que, num futuro governo Alckmin, o programa Bolsa Família seria extinto.

Mão Santa sobre primeiro turno: "Nunca vi freio em queda política"



Mão Santa

Mão Santa (PMDB-PI) disse que "nunca viu freio em queda política". Ele se referia ao fato de o presidente Lula não ter conseguido, conforme pregara, ser reeleito em primeiro turno nas eleições.

Segundo o senador, Geraldo Alckmin foi considerado melhor candidato pelos eleitores e surpreendeu o governo do PT tanto na eleição quanto no debate promovido pela TV Bandeirantes no último domingo, "e vai ganhar a eleição".

Mão Santa conclamou ainda a "colônia piauiense de Brasília" – cerca de 300 mil piauienses moram no Distrito Federal – a votar em Alckmin, comparando o candidato tucano ao presidente norte-americano John Kennedy, que venceu o então oponente e favorito Richard Nixon após o primeiro debate presidencial transmitido pela televisão.

Motta ataca panfleto que atribui vitória a Lula em debate na TV



João Batista Motta

João Batista Motta (PSDB-ES) criticou um panfleto distribuído pelo PT, no qual o presidente Lula é considerado vencedor no debate contra Geraldo Alckmin exibido pela TV Bandeirantes.

– Houve uma pesquisa que mostrou que 67% disseram que Alckmin ganhou o debate, porque conhece o Brasil, porque tem competência.

Uma das perguntas de Alckmin não respondidas por Lula no debate, segundo Motta, refere-se à situação precária das rodovias. Lula teria sido evasivo e falado apenas de obras realizadas em aeroportos e portos. O senador ironizou ainda outro item do panfleto, sobre o crescimento do produto interno bruto brasileiro durante o governo Lula. "O país cresceu 2%, o que não correspondeu nem àquelas pessoas que estão entrando no mercado de trabalho", observou.

Flexa acusa governo federal de descaso com municípios



Flexa Ribeiro

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou o governo federal por não ter se empenhado na prorrogação do prazo para aprovação do plano diretor de cerca de 30% dos mais de 5 mil municípios brasileiros. Ontem, na data limite para a celebração dos convênios, o parlamentar atribuiu especialmente ao PT o fracasso da tentativa de votar em Plenário proposta de sua autoria que garantiria o alongamento do prazo.

– Diante da falta de quórum, solicitei à líder do PT, Ideli Salvatti [SC], que encaminhasse a questão ao governo, que poderia alongar o prazo por meio de medida provisória. No entanto, a resposta da líder foi o silêncio – protestou Flexa Ribeiro, dizendo que vai buscar um acordo com os líderes e com o presidente da Casa, Renan Calheiros, para impedir que os interesses dos municípios sejam prejudicados.

Para Crivella, poder econômico e marketing definiram eleição no RJ



Marcelo Crivella

Em seu retorno à tribuna do Senado, após concorrer ao cargo de governador do Rio de Janeiro, o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) teceu considerações sobre o processo eleitoral e político, fazendo uma distinção entre a vitória eleitoral, influenciada pelo *marketing*, e a política, em que ganham propostas e idéias.

Na avaliação do senador, a falta de recursos e de tempo na propaganda eleitoral gratuita foram responsáveis por ele não ter tido condições de chegar ao segundo turno das eleições.

– Tivemos um milhão e seiscentos mil votos. Fomos alijados de um segundo turno, onde teríamos, aí sim, oportunidade e tempo de televisão para expor idéias e projetos – lamentou o parlamentar.

Crivella fez críticas também às pesquisas eleitorais e aos meios de comunicação, que, conforme avalia, dificultam a discussão de idéias por darem como certa a vitória do candidato que aparece em primeiro lugar nas pesquisas.

– Qualquer tentativa de confronto parece sublimação ou irreverência, quando política é confronto de idéias, debate apaixonado, por convicções que não se consegue subscrever na própria alma – defendeu.

Ele citou o orador e político Rui Barbosa, que concorreu por duas vezes à Presidência da República, em 1910 e 1919, e foi derrotado, segundo o qual "a paixão pelo bem substitui com vantagem a esperança pela vitória".

Segundo o senador, o *marketing* eleitoral e o poder econômico foram fatores determinantes nas eleições de 1º de outubro, sobrepondo-se às idéias e propostas dos candidatos.

Crivella evocou figuras de destaque no Senado como o jurista Afonso Arinos de Melo Franco, Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela e Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho, pai do senador Arthur Virgílio, para enfatizar a importância de haver grandes líderes na política, o que, na sua avaliação, atualmente não ocorre.

O senador encerrou seu discurso salientando a precária situação econômica do Rio de Janeiro e a violência no estado e declarou seu apoio à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ele foi aparteado pelo colega de partido Roberto Cavalcanti (PB), que elogiou seu projeto de governo. Também em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou o apoio de Marcelo Crivella a Lula.

Roberto Cavalcanti quer informações sobre a gestão dos recursos do FGTS

Senador questiona a baixa remuneração das contas vinculadas e quer saber se há prioridade no uso de recursos do fundo para construção de imóveis novos e para atendimento a mutuário de baixa renda

O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) apresentou requerimento de informações à Caixa Econômica Federal sobre a gestão de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O parlamentar acredita que a baixa remuneração das contas vinculadas, que, em alguns anos, teriam demonstrado rentabilidade inferior à inflação, não é compatível com os valores arrecadados com a operação do sistema.

– Por que o brasileiro não acompanha a evolução dessa poupança? Ele deixa de lado o FGTS pela desmotivação com a remuneração paga pelo fundo – avaliou.

Cavalcanti quer saber também se os recursos do FGTS estão sendo investidos prioritariamente na construção de imóveis novos e no atendimento a mutuários de baixa renda. Para ele, não é possível admitir a hipótese de predomínio dos financiamentos em imóveis usados.

A motivação para apresentar o requerimento foi, segundo o senador, a insuficiência de dados nos relatórios da Caixa para medir a eficácia, eficiência e adequação do uso dos recursos às finalidades propostas para o FGTS. Assim, Cavalcanti quer saber, entre outras informações, o volume destinado ao financiamento de imóveis



Moreira Meniz

Cavalcanti: relatórios da Caixa são insuficientes

novos entre 2004 e 2006; a liberação de verbas para construções novas por unidade da Federação; a receita obtida pela Caixa como agente operador do fundo entre 2003 e 2005; e os valores pagos, a título de juros e correção monetária, aos correntistas.

Geovani destaca confiança do povo do Amapá em José Sarney



Geovani Borges

Geovani Borges (PMDB-AP) comentou o resultado das eleições de 1º de outubro, especialmente a reeleição de José Sarney (PMDB-AP).

– Com exatos 152.486 votos, a reeleição do senador José Sarney para seu terceiro mandato consecutivo é mostra inequívoca da confiança e do apreço que o povo do Amapá reserva a esse maranhense de nascimento, mas amapaense de coração – disse.

Geovani observou que, apesar da vitória nas urnas, nem tudo correu com tranqüilidade. Ele classificou como "uma afronta ao Estado democrático de direito" o uso de rádios, sites na internet e blogs na campanha eleitoral do Amapá, punido com multas pelo Tribunal Regional Eleitoral e com parecer favorável do Ministério Público Eleitoral.

Heráclito critica Paulo Bernardo por querer prorrogar a CPMF



Heráclito Fortes

Ao discursar ontem em Plenário, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) criticou o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, que defendeu a prorrogação da vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Para Heráclito, "isso é uma contradição do PT, já que a CPMF era combatida pelo partido" durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

Paulo Bernardo defendeu a prorrogação da CPMF – por um prazo entre dez e 15 anos – durante audiência na Comissão Mista de Orçamento, mas ressaltou que o governo ainda não se definiu sobre essa questão.

– O PT dá sinais de que, caso permanecesse no poder no ano que vem, aumentaria a carga tributária – declarou.

Valadares propõe limite da dívida das prefeituras com a Previdência

Ao informar que diversas prefeituras do país estão enfrentando sérias dificuldades financeiras em razão de seu endividamento com a Previdência Social, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu a aprovação, pelo Congresso, de um mecanismo estabelecendo que a parcela da dívida com a Previdência a ser cobrada dos municípios não ultrapasse 13% de suas receitas.

Segundo o senador, há prefeituras sendo obrigadas a retirar 40% de suas receitas totais para depositar nas contas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Ele lembrou que esse depósito é compulsório, sob pena de haver uma intervenção no município.

Valadares opinou que o ideal seria o Senado incluir o teto de 13% no texto de alguma medida provisória que esteja tramitando na Casa. Se não for feito dessa forma, ele apresentará projeto propondo a limitação.

Em aparte, o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) sugeriu a aprovação de projeto do então senador José Alencar (PRB-MG) que fixa em 5% da receita corrente líquida o pagamento das dívidas dos estados e municípios.

Outro assunto abordado por Valadares foi a regulamentação, pelo Conselho Monetário Nacional, de



Roosevelt Pinheiro

Valadares sugere incluir em alguma MP o teto de 13% das receitas dos municípios

parte da Lei 11.322, que autoriza a renegociação de dívidas de agricultores. Como só foram beneficiados na regulamentação os que contraíram dívidas por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do antigo Programa Especial de Crédito da Reforma Agrária (Procer), o parlamentar pediu a extensão do benefício aos demais produtores com endividamento até R\$ 100 mil.

O senador também apresentou condolências às famílias das vítimas do acidente com o avião da Gol, ocorrido no dia 29 de setembro, expressando sua consternação. Ele fez uma menção especial à tripulação da aeronave e aos quatro passageiros que tinham o estado de Sergipe como destino final.

Saturnino alerta para risco de corrida armamentista na Ásia

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Roberto Saturnino (PT-RJ), lamentou que o mundo tenha sido surpreendido com a notícia da explosão de uma arma nuclear pela Coreia do Norte e elogiou a condenação do ato daquele país pela comunidade internacional, inclusive pelo Brasil.

Saturnino alertou para o risco de o teste iniciar uma corrida armamentista na região devido às ações militares dos Estados Unidos no Iraque e ao impasse com o Irã, que enfrenta a comunidade internacional ao insistir em desenvolver seu programa de geração de energia nuclear. Os três países são chamados de “eixo do mal” pelo presidente norte-americano George W. Bush.

Na avaliação do senador, a condenação à Coreia do Norte é extremamente necessária, mas, a seu ver, não basta reprovar o país asiático, “que é pobre e vive sob ameaça de uma invasão pelos Estados Unidos”.



Roosevelt Pinheiro

Saturnino vê perigo na explosão feita pela Coreia do Norte e em ação insistente do Irã

– A Coreia do Norte tinha um programa de desenvolvimento de armas nucleares que foi sustado por intervenção e negociação do governo Bill Clinton, que buscava resolver as questões pela diplomacia. Mas infelizmente sucedeu a Clinton um outro governo que apela para a guerra, para a força.

Para Saturnino, uma das mais importantes iniciativas de paz seria a de desarmar-se o clima de guerra que foi criado no Oriente Médio “com a decisão unilateral e inopinada do governo norte-americano” de invadir o Iraque.

Relator prevê que, se impasse persistir, proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias será examinada em conjunto com o Orçamento para 2007, no fim do ano

Sem acordo entre líderes, a votação da LDO fica indefinida

Terminou sem acordo a reunião de líderes partidários do Senado e da Câmara, na tarde de ontem, para fixar uma data para votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2007. O projeto já foi aprovado na Comissão Mista de Orçamento (CMO), mas ainda depende de votação do Plenário do Congresso.

A LDO orienta como deve ser feita a lei orçamentária do ano seguinte, porém a de 2007 não foi votada até o fim de julho, como ocorre tradicionalmente. Assim, tanto o projeto do Orçamento de 2007 quanto a lei que orienta sua elaboração tramitam ao mesmo tempo no Congresso. Sem o acerto, o relator da lei, senador Romero Jucá (PMDB-RR), acredita que os projetos do Orçamento e da LDO “devem ser votados juntos” pouco antes do fim do ano.

A reunião foi realizada com o presidente do Senado e da Mesa do Congresso, senador Renan Calheiros. Alguns líderes da oposição, entre eles o deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), disseram que só concordariam em votar a LDO se antes fosse votado um projeto de resolução do Congresso (PRN 2/06),



Márcia Kollme

Comissão de Orçamento já aprovou a proposta, mas ainda falta a deliberação do Plenário

pronto há meses, que busca fechar brechas para possíveis irregularidades com emendas orçamentárias.

– Estava tudo caminhando para um acordo sobre essa resolução que moraliza o Orçamento, mas aí chegou a turma que manda no Orçamento e melou o acordo – ressaltou o deputado após a reunião.

O Projeto de Resolução do Congresso 2/06 foi apresentado pelo deputado Ricardo Barros (PP-PR), que foi o relator de uma comissão especial que tratou do assunto. Sem entendimento, dificilmente haverá alguma votação do Congresso (deputados e senadores reunidos em uma

mesma sessão) antes do segundo turno das eleições, marcado para o próximo dia 29. O próprio presidente Renan Calheiros afirmou, depois da reunião com os líderes, que está difícil conciliar as votações do Senado e da Câmara antes do fim das eleições.

O presidente da CMO, deputado Gilmar Machado (PT-MG), participou da reunião e insistiu em que seja votado rapidamente projeto de lei do Congresso (PL 11/06 CN) que autoriza a inclusão, no Orçamento de 2007, de verbas para reestruturação de carreiras e aumento de salário de servidores do Judiciário, do Ministério Público da União e do Tribunal de Contas da União.

Paulo Bernardo quer prorrogar CPMF por até 15 anos

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, defendeu ontem a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) por prazo entre dez e 15 anos. Em audiência na CMO, ele salientou que o governo ainda não tem definição sobre o tema, esclarecendo que a proposta analisada pela área do planejamento prevê, concomitantemente, uma redução gradual na alíquota da contribuição, do patamar atual de 0,38% para 0,08%. O ministro observa que assim seria oferecido à sociedade um compromisso com a redução da carga tributária.

Criada inicialmente para financiar ações na área da saúde, a contribuição já teve a vigência prorrogada diversas vezes e volta a expirar no fim do próximo ano. Conforme o ministro, o governo deve arrecadar este ano com a

CPMF cerca de R\$ 32 bilhões.

Orçamento 2007

Paulo Bernardo também prestou esclarecimentos sobre o projeto de lei orçamentária para 2007. O ministro fez um apelo em favor da imediata votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2007 pelo Plenário do Congresso. Ele classificou como “uma anomalia” a possibilidade de aprovação da proposta orçamentária para o próximo ano antes da votação da LDO e chegou a alertar para possível risco institucional em decorrência de quebra da anterioridade da lei.

– Isso pode dar margem a contestações judiciais posteriores – advertiu Paulo Bernardo.

Em relação aos motivos que levaram o governo a mandar elaborar a proposta orçamentária sem fazer um corte de 0,1% do produto interno bruto (PIB) so-

bre as despesas correntes, o ministro atribuiu o fato justamente a dificuldades com a LDO. A previsão de corte consta do texto preliminar já aprovado na CMO, que o governo utilizou como referência na elaboração da peça orçamentária. Como explicou, falta clareza ao dispositivo que fixa o corte das despesas correntes, problema que exigiria correção em Plenário.

O relator-geral do Orçamento de 2007, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), mencionou dois problemas na proposta: receitas que considerou superestimadas, indicando a necessidade de cortes nas despesas, além de baixos investimentos. Paulo Bernardo declarou que as estimativas de receitas estão de acordo com, entre outros parâmetros, a previsão de crescimento de 4,75% do PIB para 2007.

Projeto, que terá decisão terminativa na CMA, proíbe o repasse de dados do consumidor a outro fornecedor e obriga a emissão de comprovante a cada etapa da operação comercial

Educação aprova mais segurança nas compras feitas pela internet

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem parecer favorável ao projeto que modifica o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) com o objetivo de disciplinar as relações de consumo realizadas por meio eletrônico, como a internet. Pela proposta (PLS 396/05), de autoria do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), tornam-se direitos básicos do consumidor a segurança nas transações e o sigilo de suas informações pessoais, que não poderão ser repassadas, vendidas ou compartilhadas com outro fornecedor.

Fica assegurado também o fornecimento de documentos que comprovem ao consumidor cada etapa da operação comercial. O projeto prevê ainda que seja determinada a responsabilidade do vendedor pelos meios adequados e seguros para a negociação. O texto garante o direito de desistência do consumidor em até sete dias a contar do ato do recebimento do produto ou serviço, sempre que for adquirido fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone, pela rede mundial de computadores ou por outro meio eletrônico.

– Parabenizo o senador Tourinho pela elaboração da proposta que protege e disciplina esse tipo de transação, que cresce no Brasil e no mundo – disse o relator, Romeu Tuma (PFL-SP).



Comissão de Educação acolhe ainda projeto que institui o Dia Nacional do Pesquisador

Em 2005, o varejo *online* brasileiro cresceu 32% e o montante de transações comerciais realizadas por meio eletrônico chegou a R\$ 7,5 bilhões. Marcelo Crivella (PRB-RJ) advertiu que é preciso dar atenção aos crimes praticados pela internet, como a pedofilia. Durante a discussão da matéria, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) lembrou ser relator de proposição que trata desse tipo de crime (PLC 89/03).

A proposta acolhida ontem pela CE terá decisão terminativa na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CMA).

Datas comemorativas

Foram aprovados ainda dois projetos que estabelecem datas comemorativas: o primeiro (PLS 173/06) determina o dia 8 de julho – data de criação da Socie-

dade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) – como o Dia Nacional do Pesquisador; o segundo (PLC 73/06) institui 18 de novembro como o Dia Nacional do Notário e do Registrador.

Os senadores aprovaram também requerimento de Roberto Saturnino (PT-RJ) para a realização de audiência pela Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social em conjunto com a CE. Na reunião, marcada para novembro, será discutida a inclusão da Música como disciplina obrigatória no currículo escolar.

Recebeu aprovação ainda proposta que dá o nome de Alberto Santos Dumont ao trecho da BR-116 que liga Fortaleza ao Rio de Janeiro, em homenagem ao centenário do voo do *14 Bis* (PLC 102/06).

Malta presta homenagem aos 30 anos de fundação da TV Gazeta

Magno Malta (PL-ES) homenageou ontem a TV Gazeta, do Espírito Santo, pela passagem do 30º aniversário de sua fundação. Malta disse que a família Lindenberg, proprietária da emissora, é empreendedora e cria empregos. Ele assinalou que o quadro de funcionários da empresa é o grande diferencial.

O senador ressaltou que a TV Gazeta esteve presente nos momentos mais importantes do Espírito Santo, “que viveu 12 anos humilhado pelo crime organizado”. Ele lembrou que o crime organizado estava infiltrado em

todas as esferas de poder.

– A Rede Gazeta de Televisão foi implacável no combate ao crime organizado – salientou.

Pesar

O parlamentar ainda se solidarizou com os familiares de mais duas vítimas do acidente com o avião da Gol, que foram identificadas. As duas eram oriundas de Cachoeiro do Itapemirim. Malta disse acreditar que as pessoas começam a se intimidar diante da falta de opções para viagens aéreas, pois o Brasil só conta, praticamente, com duas empresas.

Malta comunicou também o



Malta manifesta solidariedade às famílias das vítimas do acidente com avião da Gol

recebimento de um ofício do Hospital Santa Rita, especializado em oncologia, agradecendo emenda de sua autoria destinando R\$ 160 mil à instituição capixaba. Ele informou que a sua mãe foi tratada de câncer naquele hospital e testemunhou o carinho e a atenção dispensados aos pacientes.

Proteção aos usuários de caixa eletrônico pode ser ampliada

Parecer favorável ao projeto que estende o sistema de segurança dos estabelecimentos financeiros aos caixas eletrônicos foi aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). De autoria do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), a proposição objetiva oferecer maior segurança aos usuários dessas máquinas, aperfeiçoando as relações jurídicas entre clientes e instituições financeiras.

Em seu voto favorável à proposta (PLS 265/04), o relator, senador César Borges (PFL-BA), argumenta que a medida é necessária e bem-vinda, diante do aumento da violência urbana que vitima as cidades brasileiras. O projeto será analisado agora pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A CMA acolheu ainda proposta (PLS 398/05) que obriga os serviços de alimentação a manter, em local visível e de fácil acesso ao consumidor, as informações nutricionais básicas de alimentos e bebidas preparados para consumo imediato. Também o valor calórico das porções deverá constar das informações.

Em sua justificativa, o autor da proposta, senador Marcelo



Aprovado pela CMA, projeto de Tourinho visa dar mais segurança aos correntistas

Crivella (PRB-RJ), observa que a desnutrição na sociedade moderna vem sendo substituída por uma alimentação excessiva e desbalanceada, com conseqüências nefastas como obesidade e múltiplos problemas de saúde.

Augusto Botelho (PDT-RR), em seu voto favorável à aprovação da matéria, ressalta a importância de oferecer ao consumidor as informações necessárias para a escolha correta dos alimentos, principalmente quando ingeridos em bares, restaurantes e lanchonetes. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

A CMA também enviou ao arquivo quatro avisos, contendo decisões do Tribunal de Contas da União (TCU).

Investigação sobre queda de avião da Gol será acompanhada pela CMA

Com a finalidade de acompanhar as investigações sobre a queda do avião da Gol na Amazônia, que vitimou 154 passageiros, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem um procedimento de fiscalização destinado a apurar as causas do acidente, bem como toda a responsabilidade sobre ele.

Autor da proposta, Aelton Freitas (PL-MG) solicita que a comissão promova uma consolidação de todas as apurações, uma vez que as investigações estão sendo conduzidas cumulativamente por diversos órgãos, entre eles a Polícia Federal, a polícia de Mato Grosso, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e o Comando da Aeronáutica.

Na justificativa da matéria, o parlamentar alega que o Senado não pode ficar alheio a um acidente dessa magnitude e propõe que a comissão contribua com medidas para evitar tragédias como essa. A proposta será relatada pelo presidente da CMA, senador Leomar Quintanilha (PCdoB-TO).

Segundo o senador Augusto Botelho (PDT-RR), que sobreviveu a Amazônia com frequência por ser do estado de Roraima, os sistemas de segurança de vôo do Brasil, Cindacta e Sivam, são muito eficientes e seguros.

– Visitei as instalações do sistema e fiquei muito satisfeito com o que vi e ouvi. Posso garantir que o país está bem atendido pelos sistemas de segurança de vôo. Até mesmo Roraima, que, pela distância, poderia ficar de fora, está coberto a contento – garantiu.

Para Flávio Arns (PT-PR), é preciso investigar se os procedimentos errados do jato Legacy, denunciado pela imprensa, realmente ocorreram ou se as causas do acidente foram outras.

– É preciso apurar com isenção – enfatizou.

Segundo o senador César Borges (PFL-BA), é necessário investigar, também, se a Anac está funcionando bem, mesmo com os poucos recursos que, de acordo com ele, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva tem destinado às agências reguladoras.